# RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher*

## Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens. Recife: Novas Edições Acadêmicas. 258 pp.

Juliana Melo

## REFERÊNCIA

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens*. Recife: Novas Edições Acadêmicas. 258 pp.

1 Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) divulgados em 2013, nos últimos doze anos houve um aumento expressivo das taxas de encarceramento no Brasil: 130 % para os homens e 257 % para as mulheres. Além do fortalecimento de uma política punitiva, os números indicam o aumento significativo do aprisionamento feminino. Estamos diante, portanto, de uma realidade desafiadora. No entanto, a relação entre mulheres e criminalidade ainda é tema de pouca visibilidade acadêmica e costuma ser compreendida de forma reducionista.

2 Diante desse quadro, o livro de Ribeiro de Oliveira apresenta-se como uma leitura de fundamental importância. A pesquisa aborda uma realidade sobre a qual temos poucos registros e trata de tema de relevância social. Fundamenta-se em uma boa etnografia e aborda o duplo contexto de mulheres entre 17 e 29 anos inseridas tanto na Colônia Penal Feminina de Recife como no Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade de Recife, Pernambuco. Aliás, se o contexto é o de Recife, os dados permitem pensar a realidade nacional e ampliar o debate sobre mulheres, criminalidade e lideranças juvenis. Entre outras qualidades, traz questões relevantes para pensar o ofício antropológico e seus limites em contextos de violência, medo e vigilância.

3 A título de introdução, a autora mostra como o debate sobre a violência tem um conteúdo sexista, no qual se costuma creditar às mulheres uma natureza dócil, passiva e maternal, o que as tornaria "menos tendentes" às atividades criminais, especialmente aquelas envolvendo violência física. Quando o fazem, costumam ser "vítimas" de uma situação, sendo "levadas" para o crime seja por seus "estados hormonais", seja por seus companheiros, quase sempre na condição de não liderança (pois têm limitada capacidade de agência e planejamento estratégico).

4 Se esses discursos remetem ao século XIX e à Escola de Criminologia Italiana, os estudos etnográficos demonstram a continuidade desse imaginário social a despeito de uma realidade social mais complexa. Como demonstram seus dados, existem mulheres envolvidas nas mais diversas atividades, entre elas, as criminais. Ao focar o contexto feminino e dar sentido às práticas realizadas por suas informantes na condição de lideranças, evidencia-se que, ao contrário de mulheres dominadas por homens ou transformadas em seres amorais por suas escolhas, algumas se percebem como "jovens empreendedoras" em negócios que envolvem estratégia, coragem, adrenalina, "sangue quente" e inserção social. Se elas se sentem fragilizadas em certos momentos (como todos os seres humanos), tampouco se percebem como delicadas e frágeis, mas, antes, como transgressoras de uma ordem. Assim, podem "matar como homens" e até superá-los em termos de estratégia e discrição.

5 Ao nos convidar a pensar sobre essas questões, Ribeiro de Oliveira adota uma perspectiva teórica em que a identidade é vista como fluida e contextual, cabendo diferentes construções de gênero, percepções de criminalidade e liderança (três conceitos-chave em sua pesquisa). Nesse sentido, aponta que precisamos prescindir de modelos binários, que separam as mulheres dos homens, o lícito e o ilícito, o crime e a justiça, e pensar nas tensões e nas relações de continuidade e descontinuidade que marcam essas dimensões. Desse modo, assim como a identidade de gênero é construída de diferentes maneiras por meio das interações sociais, a criminalidade não pode ser compreendida como uma tarefa inata a uma pessoa (seja ela homem ou mulher), mas antes como uma "potência" adquirida e atuada, que depende de escolhas pessoais. Ser líder, por sua vez, dependerá de habilidades particulares, que serão testadas a cada evento (a liderança é sempre relacional e contextual).

6 Ao apresentar o perfil de suas interlocutoras, a autora mostra que a maior parte das mulheres cometeu pequenos furtos (em geral com companheiros e sob a liderança deles), atuou no tráfico de entorpecentes (quase sempre em condições subalternas e portando pequenas quantidades de droga), ou esteve envolvida em agressões a companheiros motivadas por ciúme ou desencadeadas por processos de violência doméstica. No entanto, há também mulheres que transcendem esses limites e estão envolvidas em assaltos de grande porte, com uso de armas de fogo, formando quadrilhas e ocupando posição de liderança. É preciso, portanto, entender como elas atribuem significado a suas práticas, o que não implica fazer apologia ao crime ou simplesmente justificar seus atos.

7 À luz do interacionismo simbólico, a autora analisa o sentido do crime para suas interlocutoras (jovens presas e em liberdade assistida) e analisa suas performances e narrativas discursivas. Além de participar de situações de convívio, conduz entrevistas em encontros individuais e coletivos, prática que foi útil para perceber as hierarquias e as posições de liderança, tema de seu interesse. Entre sentimentos, adversidades, aspectos éticos e morais, a autora preocupa-se em manter o anonimato das

informantes, não prejudicá-las em termos legais e evitar "caricaturá-las" como vítimas ou como anomalias sociais.

8 Cabe notar ainda o cuidado com a delimitação teórica da pesquisa. Assim, é importante diferenciar as noções de crime e violência, bem como tratar do conceito de vitimização prisional, relevante para entender as performances e contextualizar o lugar de fala de suas interlocutoras. Além de mostrar que as ideias de crime e justiça podem assumir diferentes significações, Ribeiro de Oliveira desconstrói uma visão exotizada e simplista sobre o crime, entendendo-o como um acontecimento social sujeito a formas de compreensão social (e legal) e dependente de todo um processo de interpretação oficial e reconhecimento do Estado. Outrossim, vê o desvio e a criminalidade não como uma qualidade inata, mas como uma etiqueta atribuída a determinadas pessoas através de processos de seleção social baseados em estereótipos pré-concebidos. A autora propõe-se, portanto, a uma abordagem relacional e dá atenção ao duplo encontro entre pessoas criminosas e não criminosas e à interpenetração entre regras morais, religiosas e legais na análise de práticas e performances criminais (e jurídicas), especialmente quando relacionadas às mulheres.

9 Nesse exercício, a pesquisadora estabelece um diálogo honesto com suas interlocutoras e transforma-se em "pessoa de consideração". Entre os dados apresentados, mostra como as questões de classe, idade e situação judicial devem ser consideradas em uma antropologia do crime. Evidencia ainda como, ao relatar suas práticas e trajetórias, as mulheres estão construindo "fábulas", no sentido proposto por Mariza Côrrea na obra *Os crimes da paixão*. São fábulas nas quais falam de si e ressignificam suas próprias histórias. Assim sendo, se entre os fatos mais frisados está a saudade dos filhos, o fato de poder provê-los parece compensar a saudade e a ausência. Se são vaidosas e gostam de se maquiar, consideram-se também fortes e poderosas, mostrando como não há espaço para a mulher "coitadinha" ou triste nos lugares onde se encontram.

10 Para as lideranças, particularmente, estamos diante de uma carreira que envolve escolhas, riscos e habilidades específicas. Por meio do crime, elas afirmam transgredir certa ordem (individual, social, simbólica) e se percebem como espertas, ambiciosas, capazes até mesmo de aguentar a violência física e ter o corpo marcado por cicatrizes adquiridas na prática de ilícitos e em contextos de privação de liberdade. Nessa construção de si mesmas como mulheres e lideranças criminosas, não estão simplesmente negando velhas concepções sobre o que é ser feminino, mas produzindo novas feminilidades por meio de um processo de intensa negociação entre velhas e novas vozes sociais, demarcadas pelas transformações da atual vida social e familiar brasileira.

11 Desse modo, a pesquisa evidencia como devemos entender os sentidos de crime e justiça em termos mais amplos. Crime pode sim ser "coisa de mulher" e envolver aspectos como poder, prestígio, honra, prazer e reconhecimento, bem como pode ser um meio para garantir uma melhor qualidade de vida para si e para os seus (geralmente parentes e amigos próximos). Por outro lado, ao escolher essa trajetória, mulheres criminosas estão contribuindo para construir uma nova feminilidade, à qual agregam aspectos de uma identidade tradicional de gênero, mas também se opõem a algumas dessas concepções. Assim, se a maternidade e o cuidado estético com o corpo continuam sendo valores importantes, isso não impede que "matem como homens" ou que liderem quadrilhas (as quais nunca "empregam" outras mulheres, um dado bastante significativo que merece maior reflexão).

## AUTORES

### JULIANA MELO

UFRN